
Arte e Política no Contemporâneo: o Comum e o Coletivo...

Jorge Vasconcellos *

Os textos aqui reunidos pretendem apresentar uma gama de perspectivas das relações entre arte e política na atualidade. Isso por que entendemos que problematizar a política seria, de fato, colocá-la em outras bases. Talvez não seja mais, como se fez urgência nos anos 1980-1990, tecer o fio que relacionava e ligava fundamentalmente política e ética, mas retomar o rumo da nau e articular vigorosamente, agora, também política e arte. Ou ainda, pensar a política como um campo aberto às experimentações. Experimentações/experiências de ações coletivas fundadoras de novas possibilidades ao existir... Política hoje, no contemporâneo, talvez nada mais seja que inventar novas subjetividades em deriva, isto é, constituir processos biopolíticos de resistência aos poderes instituídos, sejam eles processos globais e coletivos ou processos de refundação de si mesmo. O político, pode-se dizer, é o mais alto momento da ética, mas também processo singular de constituição estética de si. O político em Michel Foucault (mas particularmente em Gilles Deleuze & Félix Guattari) é a capacidade de afirmar singularidades, toda e qualquer singularidade como potência absoluta de existir. E mais, acolher aquilo que seria o “Comum” (tal qual propõe Jacques Rancière). Precisamente: não só

*Jorge Vasconcellos é Doutor, Mestre, Especialista e graduado em Filosofia, UFRJ, além de ter cursado Cinema na UFF. É Professor do Departamento de Artes e Estudos Culturais/RAE e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da Universidade Federal Fluminense. Publicou, entre outros, *Deleuze e o Cinema* (2006) e *Arte, Vida e Política: ensaios sobre Foucault e Deleuze* (2010).

buscar o espaço deste mesmo Comum, como também reverter as correlações de força que constituem os dispositivos do biopoder, suas tecnologias de docilização, disciplinarização, assujeitamento e controle... Fazer política da diferença, politizar a estética, instaurar um vigoroso campo do Comum, talvez seja o que se faça mais urgente clamar aos nossos contemporâneos, seja no plano macrosocietário capitalístico – não só como se deu com o processo de ultrapassamento das sociedades disciplinares para as sociedades de controle (Foucault/Deleuze), empreendendo lutas a partir daí – seja no plano microsocietário dos grupelhos e hordas nômades que se fazem deslizar em Zonas Autônomas Temporárias (TAZ, como Hakim Bey). Trata-se de reinventarmo-nos como intelectuais e como artistas. Trata-se de fazer nascer realmente um novo tipo de intelectual na esfera pública, um intelectual ativista-participativo. Este novo tipo de intelectual-ativista-participativo, aquele que pratica ações pontuais e ativismos instantâneos. Isso porque se Foucault apontou em sua obra um deslocamento fundamental de certo intelectual, típico da época do Esclarecimento o qual ele denominou de “intelectual luz” (aquele que pode ver pelo outro e iluminar doravante seus caminhos), para um intelectual público que fala em nome do outro defendendo posições humanistas e imbuído de suposta correção ética e de reputação ilibada (o caso *Dreyfus*), nosso filósofo apresentou o nascimento de um novo tipo de intelectual que sucederia o militante partidário que ocupou contemporaneamente o papel de intelectual luz, pelo que ele denominou de “intelectual específico”; que sua prática de pensamento justamente ocorre no seio das lutas das quais ele(as) são participantes: são vários aqui os ativismos (negros – ações e práticas afirmativas; homofetividade – movimento *Queer*; mulheres – pós-feminismo etc). De nossa parte, apontamos a necessidade de um intelectual de outro tipo, que temos aqui chamado de “intelectual radical”. Este pensará o presente no presente, mas pensando-o a contrapelo das leituras hegemônicas e hegemônicas deste mesmo presente. Trata-se de um ativismo, entretanto, de um ativismo da diferença. Trata-se de empreender lutas, mas lutas que não apenas reformem as leis do Estado, na busca de bem estar e conforto para os auspícios de uma boa vida burguesa, pois é justamente de lutas incessantes contra a forma-Estado que se trata. Ir à raiz e decepá-la... a forma-Estado é raiz; daí nossa luta em nome de práticas político-estéticas de modo rizomático. O intelectual radical não é um indignado... ele não se indigna, ele se revolta-e-age...

E além disso, ele ocupa, atua e reterritorializa o que foi antes desterritorializado, pois atuação e ativismo político devem necessariamente ser radicais: praticar iniciativas coletivas que ensinam o que nos é o Comum a partir de *ações diretas* no campo das artes.

Pensar as relações entre arte e política, assim queremos crer, é uma das tônicas do que chamamos de Contemporâneo, em especial no que tange ao campo das artes, de suas práticas e linguagens. Esse debate sobre a política das artes em nossa atualidade é ponto de partida para a produção de um sentido crítico para o fazer artístico entre nós. Essas práticas, contudo, devem ser pensadas de modo transversal, heterodoxo e transdisciplinar. Isso porque não é mais possível produzir um pensamento da arte no Contemporâneo no qual o cinema/o audiovisual, o teatro/a performance/a dança e as artes visuais não estejam em certa zona de contágio e frequentação entre si, borrando limites, produzindo campos ampliados em suas práticas. Nossa intenção é trabalhar reflexivamente em conjunto, partindo da relação entre arte e política como problema para o Contemporâneo. Defendemos, então, que este Comum somente poderá ser forjado por intermédio de estratégias coletivas... invenções coletivas que tornem novamente possível a democracia radical, tanto política quanto artisticamente. É dessa possibilidade de invenções da política no plano da arte que este dossiê procura tratar por meio de seus três textos.

O primeiro deles, escrito pelo crítico, arquiteto e ensaísta Guilherme Wisnik, no qual é analisado o espaço público na arte e na arquitetura brasileiras no fim dos anos 1960. O texto mostra como houve neste período uma fulguração de radicalidade política no campo da arte, privilegiando em suas análises o caso da arquitetura e do urbanismo a partir das figuras emblemáticas de Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha em suas respectivas propostas de politizar o pensamento sobre o urbano no Brasil.

O segundo texto, escrito pela professora Gisele Ribeiro, analisa as relações entre arte e política a partir dos anos 1970, tendo como ponto de inflexão a noção de “arte e esfera pública”. A autora procura mostrar em seu artigo que o debate acerca da relação entre arte e política na qual despontou a ideia de “arte pública”, típica dos anos 1970, desloca-se contemporaneamente para operar sob outra rubrica conceitual e problemática: o sentido de esfera pública.

O terceiro e derradeiro texto, de autoria da professora de filosofia da Universidade Nova de Lisboa, Ana Godinho Gil, analisa o problema da relação entre arte e política, procurando pensar filosoficamente a obra do pintor irlandês Francis Bacon.

Os três textos têm como ponto de inflexão relacionar arte e política partindo de perspectivas distintas: a crítica de arte, a história da arte, a filosofia da arte. Entretanto, essas perspectivas têm algo que as unifica: pensar o Contemporâneo, no campo das artes e de sua inserção na esfera pública, é pensar para além do mercado de arte.